



Descontos especiais no curso de Autocad para associados

Página 09

Foto: Adriana Medeiros



Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, Olímpio Alves dos Santos

O Estado deve gerir e financiar a infraestrutura do país

“Os setores estratégicos da economia não devem ser utilizados para gerar lucro e enriquecer uma minoria. Eles devem atender às necessidades básicas da população e garantir a soberania do país”, afirma Olímpio dos Santos, presidente do Senge-RJ.

Páginas 06 e 07

Realizada posse formal da nova diretoria colegiada

A nova diretoria e representantes sindicais do Senge-RJ tomaram posse no dia 9 de abril, na sede do Sindicato.

Página 03

Senge-RJ critica 11ª rodada de licitações de leilão do petróleo

Foto: Agência Brasil



Conselheiro Fiscal do Sindicato dos Engenheiros, Antônio Gerson, afirma que o país poderia ser autossuficiente em petróleo.

Página 12

JURÍDICO

Fumas recorre de decisão do TRT-RJ

Senge-RJ defende bonde tradicional em reunião com o Ministério Público Federal

Sindicato entra com ação contra a Comlurb

Página 11

CONHEÇA A NOVA SEÇÃO 'PERGUNTE AO JURÍDICO'

Foto: Adriana Medeiros



DIA DO TRABALHADOR

Senge-RJ participa de ato político

Página 04

MUNDO DO TRABALHO

Governo prevê taxa negocial

Sindicatos encaminham pauta da EPE

Eletricitários debatem a pauta em Brasília

Página 10

ACOMPANHE AS NEGOCIAÇÕES NO 'PELAS EMPRESAS'

Eletrobras à deriva

Desde que a famigerada medida provisória 579 foi transformada em Lei 12.783, já se passaram quatro meses sem que até agora a Eletrobras e as direções das empresas do setor tenham apresentado uma proposta minimamente coerente para enfrentar a situação.

Todas as propostas que as empresas vêm discutindo têm sido sistematicamente desmentidas, quando são tornadas públicas. Até o momento, o sistema Eletrobras tem admitido como certo o corte de 30% de seu efetivo, o que daria de 6 a 7 mil empregados demitidos, remanejamento interno de pessoal e a obrigatoriedade que as distribuidoras tenham lucro a partir de 2015, ou a sua privatização. Convenhamos, é muito pouco!

O setor elétrico é vital para a vida do país. O estrangulamento das empresas estatais, promovido pela tresloucada medida, além de muito mal explicado ainda não foi inteiramente absorvido pelas próprias direções das empresas.

As empresas não têm outra saída a não ser promover, juntamente com os Sindicatos do setor, uma ampla discussão sobre seu processo de reestruturação. Só assim será possível cortar com o mínimo de prejuízo para seus empregados, pela preservação dos empregos e da memória técnica acumulada ao longo desses últimos anos.

Buscar o diálogo com a sociedade era justamente o que o governo poderia ter feito, se o objetivo de abaixar o preço da tarifa fosse seriamente buscado. Assim, uma solução de compromisso com um mínimo de razoabilidade seria encontrada.

As empresas precisam de arrecadação para continuar existindo e prestando um serviço de qualidade à população. Parece simples, mas foi solenemente ignorado pelo governo.

Clube de Engenharia no Conselho Consultivo da Anatel

MARCIO PATUSCO*

Apoiado por diversas entidades da sociedade civil, entre elas o Senge-RJ, CUT, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Interveivos Coletivo Brasil de Comunicação Social, Pro-Teste, Sinttel Rio, Crea-RJ, Confea, Instituto Telecom, Fisenge, Federação Nacional dos Engenheiros, o Clube de Engenharia está se candidatando a uma das vagas da sociedade civil no Conselho Consultivo da Anatel.

Esta representatividade é um caminho natural das discussões e contribuições para uma melhor adequação da nossa regulamentação à realidade social e aos anseios de nossos cidadãos, que o Clube de Engenharia vem imprimindo nas suas lutas e conquistas por uma maior liberdade de expressão, desde a elaboração do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) de 1962, onde teve destacada atuação.

A vaga no Conselho Consultivo da Anatel apresenta uma oportunidade de que a sociedade civil dispõe para colocar suas posições, de modo a tentar influir nas decisões relativas aos serviços de telecomunicações prestados em nosso país. Trata-se de um mandato de três anos, sem remuneração, compondo um conselho de 12 membros com dois representantes de cada um dos segmentos do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Executivo, entidades de usuários, entidades de prestadores de serviço e entidades da sociedade, por onde o Clube vem a ser candidato.

Conjuntamente a outras entidades da sociedade civil, o Clube de Engenharia vem contribuindo para a modernização da legislação das comunicações nacionais, com propostas para a Conferência Nacional de Comunicações (Con-

fecom), nas consultas e audiências públicas da Anatel, nas Comissões Brasileiras de Comunicações (CBC) também da Anatel, e em eventos para buscar melhorias na qualidade dos serviços prestados, objetivando ainda menores tarifas e maior universalização de acessos.

No transcorrer da propositura das candidaturas ao Conselho Consultivo da Anatel, o Clube de Engenharia se deparou com uma candidatura concorrente postulada por uma instituição vinculada aos prestadores de serviço de internet, e que, portanto, não poderia ser habilitada ao mandato pela sociedade civil. O Ministério das

Comunicações é o responsável pelas indicações dos candidatos à vaga, e cabe à Presidência da República a escolha final.

Escrevemos ao Ministério das Comunicações denunciando o fato, num abaixo-assinado, as entidades da sociedade civil ratificaram o apoio à candidatura do Clube também

colocando a inadequação da candidatura dos provedores de serviço no segmento a eles não destinado, e em sites, blogs e redes sociais também houve manifestações contrárias.

Nada temos contra a representatividade dos prestadores de serviços de internet, mas achamos que sua candidatura deveria ser apresentada, não para a vaga da sociedade civil, e sim para outro segmento estabelecido pela lei vigente. Confiamos no bom senso dos responsáveis pelas indicações no Ministério das Comunicações, e esperamos que o Clube de Engenharia possa vir a, mais uma vez, dar sua parcela de contribuição na discussão das telecomunicações em nosso país.

* Marcio Patusco é Diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia

Nada temos contra a representatividade dos prestadores de serviços de internet



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277, 17º - andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

PRESIDENTE

Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Bezerra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; Suplentes: Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiárias: Marcelle Pacheco

Diagramação: Leonardo Santos

Revisora: Rita Luppi

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida



O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos (de pé, à esquerda), fala aos diretores e representantes sindicais, durante a posse

Nova diretoria toma posse

Cerimônia foi realizada no início do mês de abril na sede do sindicato dos engenheiros

A nova diretoria e representantes sindicais do Senge-RJ tomaram posse no dia 9 de abril, na sede do Sindicato. A cerimônia contou com a presença dos 24 diretores e dos 23 representantes sindicais nas empresas.

“O grupo parece ter uma sinergia muito boa”, elogiou o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos. “Pretendemos fazer uma mudança na dinâmica do sindicato, com mais discussão política, e o grupo está bem receptivo a esta novidade”.

Adalberto Garcia Junior, engenheiro da CET-Rio, é um dos novos diretores. Ele conta que já trabalha no movimento sindical há muito tempo e já foi representante sindical do Senge-RJ na CET-Rio em duas ocasiões. Agora, ele diz estar ansioso com a nova função.

“Espero aprender muito. Não é mais representar apenas um grupo de engenheiros, mas uma classe inteira. É uma experiência completamente nova”, conta Adalberto.

Outro que será diretor pela primeira vez é Victor Marchesini Ferreira, da Petrobras. Aos 28 anos, ele é o mais jovem da nova diretoria. “Quero trazer mais pessoas jovens para o sindicato”, afirma Victor.

Ele conta que decidiu se candidatar à diretoria por admirar o trabalho que o Senge-RJ realiza. “Gosto da ma-



Olímpio dos Santos (acima). Ao lado, o novo representante sindical em Furnas, Ricardo Mizrahi



Victor Marchesini (ao lado) é o mais jovem diretor do Senge-RJ

neira como o Sindicato se coloca diante das situações. Ele se posiciona nas questões de políticas públicas, contra as remoções, pela reforma urbana, com composições concretas e possíveis de serem executadas. Defende não somente os engenheiros, mas todos os trabalhadores”, diz ele.

Victor também elogia o trabalho

do Senge-RJ nas negociações coletivas. “É uma parte que também me interessa muito. O Sindicato defende a profissão do engenheiro, o Salário Mínimo Profissional e luta contra a retirada dos direitos”, afirma o novo diretor.

REPRESENTANTES SINDICAIS

Os representantes sindicais eleitos também tomaram posse durante a cerimônia desta terça-feira. Um deles é Ricardo Mizrahi, novo representante sindical em Furnas, que frisou a importância do cargo para a categoria. “Essa função é importantíssima por levar para o sindicato as demandas dos trabalhadores dentro de cada empresa”, defende ele.

Nei Rodrigues Bezerra, que será pela terceira vez representante do Senge-RJ na Light, concorda com Ricardo. “Os trabalhadores precisam de alguém de dentro da empresa para lutar pelos seus direitos”, afirma Nei, que é funcionário da Light há 28 anos.

Durante a cerimônia de posse, o diretor Paulo Granja ressaltou: “Desejo boas-vindas a todos os representantes sindicais. Vocês são essenciais na vivência com os trabalhadores”.

ELEIÇÃO 2013/16

Chapa Construir e Avançar é eleita com 93% dos votos

Votação foi realizada entre os dias 19 e 21 e esta foi a primeira eleição via internet

A chapa Construir e Avançar foi eleita para o mandato do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), para o triênio 2013/2016. A votação foi homologada pela Comissão Eleitoral na tarde desta sexta-feira (22), na sede do sindicato.

A diretoria colegiada foi eleita com 93% dos votos. O Conselho Fiscal recebeu 91,5%.

Esta foi a primeira eleição para a diretoria realizada via internet

Utilizando pela primeira vez o Sistema de votação via internet, o Vota Senge, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro teve um percentual de participação 54,75% maior do que a votação de 2010.

Do total de sócios que participaram desta eleição, 99,3% votaram via internet. Apenas 0,7% dos votos foram colhidos em separado.

Os números confirmam o resultado da consulta realizada, em dezembro de 2012, sobre a utilização do sistema de votação via internet para a eleição da diretoria. Na ocasião, 92,9% dos votantes concordaram com o uso do sistema.

GARANTIA DE SEGURANÇA

A tecnologia adotada pelo Senge-RJ permite que o profissional possa votar pela internet com a garantia de que seu voto não será alterado ou computado para outro candidato.

O Sistema eleitoral que possibilita a validação do profissional e o registro do voto de maneira segura, o Vota Senge utiliza a criptografia de dados. Além disso, a totalização é feita imediatamente após o encerramento do período de votação.

Senge-RJ inaugura novas salas

Durante a festa, também foi lançado o livro contando os 80 anos do Sindicato

Em uma cerimônia realizada no dia 30 de abril, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) inaugurou a nova sede. Além disso, durante o evento, também foi lançado o livro que conta a história dos 80 anos do Sindicato, “Oito Décadas de História e Luta”.

A cerimônia contou com a presença dos diretores, representantes sindicais e funcionários do Senge-RJ. Além disso, ex-diretores também compareceram, como o vereador Eliomar Coelho e o deputado federal Jorge Bittar.

Segundo o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, os



Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Olímpio Alves dos Santos, fala durante a cerimônia de inauguração

novos andares serão utilizados para atender bem aos engenheiros, com uma estrutura mais moderna. Além disso, também haverá um ambiente para cursos, com o objetivo de ajudar na formação dos profissionais. Já o 17º andar, será um espaço para atividades políticas e culturais.

O presidente do Senge-RJ destacou ainda a importância do Sindicato conhecer a própria história.

“Quem não conhece o passado é incapaz de construir o futuro”, afirmou Olímpio.

Bittar, que foi presidente do Sindicato, foi homenageado com uma

placa na nova sede. Ele destacou a importância da ampliação das instalações do Senge-RJ.

“A ampliação deste espaço, os debates culturais, ao lado da luta por salários e por dignidade, vão contribuir para o fortalecimento desta instituição e para a construção da democracia brasileira”, afirmou ele.

Bittar, o presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, e o vereador Eliomar Coelho cortaram a fita para inaugurar a nova sede, que fica no 8º e 9º andar do Edifício São Borja. Atualmente, o Sindicato está localizado no 17º andar do mesmo prédio.

FESTA

Senge-RJ participa do Dia do Trabalhador

Evento organizado pela CUT-RJ foi realizado na Cinelândia na última terça-feira (30)

Foi realizada no dia 30 de abril, a Festa do Dia do Trabalhador, organizada pela Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ). O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), que é filiado à Central, esteve presente no evento.

O presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos, destacou a importância da CUT-RJ realizar um ato com cunho político.

“Parabenizo a CUT-RJ por ter feito uma comemoração do Dia do Trabalhador politizada, para conscientizar o trabalhador. Esse dia foi criado

depois de 12 pessoas foram assassinadas em Chicago, durante uma manifestação pela jornada de oito horas. Não é um dia para despolitizar, mas para resgatar a história de luta dos trabalhadores”, defendeu Olímpio.

“A CUT está sempre forte na preservação da história dos trabalhadores”, destacou também o diretor do Senge-RJ Alcebiades Fonseca. “Não se pode esquecer as lutas da classe.”

VITÓRIA

O presidente da CUT-RJ, Darby de Lemos Igayara, comemorou a suspen-



Presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, diretor do Senge-RJ, Jorge Saraiva, presidente do Senge-RJ, Olímpio Alves dos Santos e o diretor da CUT Nacional, Vitor Carvalho.

são da votação do projeto de lei que cria o Rio Saúde, uma empresa que seria responsável por gerir a saúde do Rio.

“A CUT defende um SUS de qualidade”, afirmou Darby. “Nós acreditamos que o problema não se resolve com a privatização, mas com investimento do Estado em infraestrutura e profissionais de enfermagem.”

O presidente disse ainda que as bandeiras da CUT-RJ não são apenas para melhorar as condições do trabalhador. O objetivo é melhorar toda a sociedade.

“Defendemos a reforma agrária, 10% do PIB para a educação e para saúde, geração de emprego e renda de qualidade, moradia e saneamento”, disse Darby.

O vereador do PT Reimont afirmou também que é preciso dignidade para que os trabalhadores possam mudar a sociedade.

“O Brasil não pode ser um país de poucos, nem de meia dúzia, nem da maioria. Tem que ser de todos”, defendeu ele.



Batalhão de Choque da Polícia Militar foi usado para retirar os índios da Aldeia Maracanã

Índios são expulsos da Aldeia Maracanã

Polícia é acusada de abuso de poder na retirada de indígenas do antigo Museu do Índio

Bombas de efeito moral, gás lacrimogênio e *spray* de pimenta, essas foram as armas usadas para despejar os índios do antigo prédio do Museu do Índio. A ação da polícia ocorreu no dia 22/03. O prédio fica nas imediações do Estádio do Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro.

O Batalhão de Choque Militar retirou cerca de 60 índios, entre eles 20 crianças. Para tanto, a polícia disponibilizou 90 homens utilizando 46 veículos, sendo dois blindados, usados geralmente em operações de combate ao tráfico de drogas.

Durante a ação dois manifestantes foram presos e a Radial Oeste, uma via importante nos arredores do museu, chegou a ser temporariamente bloqueada.

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

No dia 15/03, os índios receberam uma notificação a respeito de uma decisão judicial proferida pela 8ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que concedeu a posse do terreno ao Estado do Rio de Janeiro.

A notificação dava um limite de 72 horas para a retirada das pessoas do imóvel. O prazo, no entanto, não contava os dias do final de semana, o que adiou a desocupação para a noite de quarta-feira. Como a lei prevê que operações do tipo só podem ser feitas à luz do dia, a retirada dos moradores acabou sendo mais uma vez adiada.

O defensor público da União, Da-

niel Macedo, que defende a causa dos índios, contou que um pequeno grupo havia pedido à polícia para permanecer mais 10 minutos dentro do antigo museu para a realização de um ritual, que incluía uma fogueira, como parte da tradição indígena. Macedo falou que as defensorias do estado e da União vão analisar as melhores medidas pela prática eventual de um ato de abuso de autoridade, por parte da polícia, com provas documentais para apurar responsabilidade.

NOVO ABRIGO

Os indígenas foram enviados para um abrigo provisório, contêineres instalados na Colônia Curuiupati, na zona oeste do Rio. O local tem pouca ventilação e ficou completamente alagado após chuva intensa na noite de 24/03.

HISTÓRICO

Construído em 1862, o edifício alvo da disputa abrigou o antigo Serviço de Proteção ao Índio – fundado pelo marechal Cândido Rondon em 1910 – e o Museu do Índio.

Desde 1978, no entanto, o prédio ficou abandonado e foi ocupado em 2006 pelos membros da chamada Aldeia Maracanã.

Em outubro do ano passado, o governo estadual formalizou a compra do terreno, que pertencia à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão ligado ao Ministério da Agricultura.

Senge-RJ defende “punição exemplar” a torturadores

Completa no mês de abril 49 anos do Golpe Militar

Defendemos a punição exemplar a todos que cometeram crimes contra a humanidade durante a Ditadura Militar no Brasil”, afirma o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos. O Golpe Militar completa hoje (1/4) 49 anos.

A Ditadura Militar no Brasil durou de 1964 a 1985. Na época, militantes políticos que se opunham ao governo foram persegui-

dos e, em muitos casos, torturados e mortos.

O Brasil foi o último país da América Latina a criar uma Comissão Nacional da Verdade. Ela foi criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012.

O órgão tem o poder de examinar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o período da Ditadura Militar no Brasil. Apesar disso, a Comissão da Verdade não tem caráter punitivo.

Olímpio classifica como “inadmissível” a bomba que explodiu na OAB

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos, classificou como “inadmissível” a bomba que explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O atentado aconteceu no dia 7 de março. A bomba havia sido colocada no nono andar do edifício e teria sido usada para causar pânico e esvaziar o local. Um ex-militar seria o responsável pelo atentado, que tinha como objetivo matar o ex-presidente da OAB com mais dois explosivos C4, de alto poder de destruição.

Segundo Olímpio, a impunidade dos crimes da ditadura abrem margem para atos como esse.

“Ainda existe entre os militares uma forte resistência e uma forte articulação em relação à apuração desses crimes. Que tem que ser apurados e tem que ser punidos.

É inadmissível o crime de tortura sob todos os outros aspectos”, defende Olímpio. “Eu acho que a sociedade brasileira e o governo brasileiro têm que conseguir forças para vencer essa resistência. Porque essa impunidade, essa falta de capacidade de chegar a apurar é que dá margem para essas coisas”.

PAPEL DA MÍDIA

O presidente destaca ainda que a mídia tem um papel fundamental na investigação de crimes de tortura. Ele cita como exemplo o jornal argentino *Página 12*, que denuncia o crimes que aconteceram durante a ditadura militar na Argentina.

“A mídia corporativa trabalha para desinformar as pessoas, para anestesiá-las. No Brasil, não conseguimos construir uma mídia independente, que pudesse informar e esclarecer as pessoas, mobilizá-las”, critica Olímpio.

Estado deve ter papel central na gestão dos setores essenciais para o país

O presidente da entidade, Olímpio Alves dos Santos, afirma que a gestão e financiamento de serviços estratégicos para o país deve estar a cargo do Estado e ressalta que deve ser ampliado o debate sobre a realização de concessões

A participação de empresas privadas em setores estratégicos da economia brasileira vem gerando um debate acalorado. O assunto foi debatido durante o Encontro do Macrossetor Comércio, Serviços e Logística, realizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), em março.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Olímpio Alves dos Santos, afirma que o Estado possui um papel central no controle e regulação de setores vitais para o desenvolvimento do país.

“Os setores estratégicos da economia não devem ser utilizados para gerar lucro e enriquecer uma minoria. Eles devem atender às necessidades básicas da população e garantir a soberania do país”, destaca Olímpio.

HERANÇA NEOLIBERAL

Olímpio destaca que o grande desafio é romper com a institucionalidade neoliberal, criada durante os governos Collor

de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. “Não devemos criar remendos, como vem sendo feito”, afirma o presidente do Senge-RJ.

Um destes remendos é a Parceria Público-Privada. Neste modelo, por exemplo, os investimentos são públicos e a operação é realizada pelo setor privado, que cobra taxas de retorno cada vez mais altas.

Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

SOBERANIA NACIONAL

Além disso, o presidente ressalta que setores como o de energia, transporte, defesa, mobilidade urbana, saneamento, saúde e educação são essenciais para garantir a soberania do país e a qualidade de vida da população. “Cabe ao Estado garantir o financiamento e a gestão dos serviços de infraestrutura do país”, afirma.

Segundo Olímpio, o processo de privatização brasileiro representou e representa a concentração de renda e riqueza, desnacionalização de nossas empresas, redução e má qualidade dos serviços prestados.



Foto: Adriana Medeiros

Parcerias Público-Privadas do saneamento não vão atender a toda a população

As empresas privadas vão investir apenas em regiões de alta renda, enquanto as mais pobres serão prejudicadas

O setor elétrico é um exemplo dos problemas trazidos pelo processo de privatização e sucateamento das empresas estatais, iniciado nos anos 90 durante o período neoliberal.

No Brasil, até 1995, o modelo era estatal híbrido, de propriedade dos governos federal e estaduais. A partir de então, passou a valer o sistema de licitação para as concessões.

“O Brasil tem uma ampla capacidade energética, como: hidráulica, fóssil e biomassa. É um absurdo o país não ter total controle destas fontes de energia e controlá-las adequadamente. Inclusive produzir energia em custos baixos”, afirma.

PERDA DE QUALIDADE

A precarização do trabalho, a terceirização, a redução da qualidade dos serviços e aumento de tarifa despontam como consequências da privatização.

A técnica do Dieese, da subseção no Senge-RJ, Jéssica Naime destaca que, quando se analisa o número total de acidentes fatais, o percentual dos que ocorrem entre os terceirizados é alto. Ela cita como exemplo a situação no setor elétrico.

“Em 2009, 94% dos acidentes fatais aconteceram entre terceirizados. Eles são submetidos a metas que têm que ser cumpridas. Nestes casos, a pessoa acaba passando por cima de um monte de procedimentos de segurança”, analisa Jéssica.

AGÊNCIAS REGULADORAS

As agências reguladoras foram criadas para fiscalizar a prestação de serviços públicos praticados pela iniciativa privada, além de controlar a qualidade na prestação do serviço. Entretanto, “as empresas privadas capturaram as agências. Hoje elas estão a serviço das empresas privadas e não a serviço da população”, denuncia Olímpio.

O sindicalista acredita que faltam espaços democráticos para discutir como a infraestrutura do país vai ser gerida e financiada. Ele destaca que é necessária uma forte mobilização social para contrabalançar o poder econômico. “Os trabalhadores devem conquistar seu espaço de poder”, conclui.

Foto: Adriana Medeiros



Clovis Nascimento, diretor do Senge-RJ

De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o serviço de abastecimento de água potável atende a 81,1% das áreas urbanas e rurais do país.

Apesar do número expressivo de atendimento, o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Clovis Nascimento, afirma que devemos avançar ainda mais para a universalização do atendimento do serviço no país.

UNIVERSALIZAÇÃO

“Se considerarmos que o Brasil é um país com 190 milhões de habitantes, 20% desse número, dá quase 40 milhões de pessoas sem atendimento, é um número muito alto”, avalia.

Clovis Nascimento, que tam-

bém integra o Conselho das Cidades, afirma que as Parcerias Público-Privadas (PPP) no setor de saneamento podem prejudicar o acesso ao serviço por toda a população.

Segundo ele, as empresas privadas investem apenas em regiões de alta renda pela maior capacidade de pagamento e garantia do retorno, em vez de universalizar os serviços em todas as regiões, inclusive nas mais pobres do país.

“As empresas privadas que recebem as concessões não têm compromisso com a realização de investimentos e desempenho de papel social, ainda que elas tenham alta rentabilidade. Já o trabalhador vai pagar uma tarifa majorada pela variável do lucro da iniciativa privada”, critica Clóvis.

O sindicalista lembra que “o ser humano precisa de três elementos essenciais à vida: a energia do alimento, o oxigênio do ar e água. Se faltar um dos três, ele morre. A PPP é a privatização com outro nome. Você vai privatizar o saneamento? Vai privatizar o setor da água? Água é saúde, é vida, portanto é dever do Estado e direito do cidadão!”, enfatiza.

SETOR ESTRATÉGICO

O diretor do Senge-RJ afirma que o saneamento é um setor estratégico e reforça o papel do Estado na perspectiva de alcançar a universalização do acesso aos

serviços de saneamento a toda a população, independentemente da sua capacidade de pagamento.

“Não sou contra que a iniciativa privatizada participe da área de saneamento nas grandes obras, nas áreas de projeto, nas áreas de apoio, mas jamais na gestão. A questão estratégica do saneamento tem que ser pública, tem que ser do governo”, diz.



SAIBA MAIS...

... sobre as leis que regulamentam as Parcerias Público-Privadas

As principais leis que regem as PPPs são as Leis Federais nº 8.987/1995 e nº 11.079/2004.

- A lei de 1995 dedica-se às denominadas concessões comuns.
- A lei de 2004, por sua vez, dedica-se às concessões administrativas e patrocinadas.

ORÇAMENTO PÚBLICO

O Orçamento Público de 2013 do Estado do Rio de Janeiro

Entre 2008 e 2013, o orçamento do RJ obteve um crescimento nominal de 67%. Esse crescimento tem influência do incremento significativo das receitas de capital em função da entrada de investimentos no estado nos últimos anos

A receita total do Estado do Rio de Janeiro vem subindo significativamente nos últimos seis anos. Isso ocorreu muito em função do incremento na arrecadação corrente, mas também de um forte crescimento verificado nas receitas de capital.

Na tabela que se segue, é possível verificar uma pequena série histórica das receitas do Estado do Rio de Janeiro. Até 2011, os dados são referentes às receitas realizadas, enquanto os dois últimos anos referem-se a estimativas¹. A expectativa, de acordo com os dados, é de que o orçamento do estado em 2013 seja de 71,8 bilhões de reais, o que representa um incremento da receita total de 12% em relação ao orçamento de 2012.

Quando olhamos esses dados pela participação das receitas correntes e de capital² na receita total, o que se verifica é que a receita de capital tem, ao longo dos anos, aumentado sua participação no total das receitas do Estado do Rio de Janeiro. Enquanto em 2008 a receita corrente representava 98,51% das receitas do estado, em 2013, a estimativa é de que essa receita representará 85,13%. Isso não significa que a receita corrente vem diminuindo, como já foi pontuado, mas sim que a receita de capital vem crescendo numa proporção superior ao crescimento da receita corrente, como é possível verificar na tabela ao lado.

Essa mudança na composição da receita tem relação com a entra-

ESTADO DO RIO DE JANEIRO					
EVOLUÇÃO DA RECEITA					
	Ano	Receita Corrente	Receita de Capital	Receita Total	Var. (%) Ano/Ano anterior
Realizada em	2008	42.376.091.993	640.570.966	43.016.662.959	-
	2009	43.208.316.289	1.610.692.923	44.819.009.212	4,19%
	2010	48.399.986.011	2.414.155.073	50.814.141.084	13,38%
	2011	54.424.637.094	3.029.453.515	57.454.090.609	13,07%
Orçada	2012	56.679.593.592	7.352.624.441	64.032.218.033	11,45%
Estimada	2013	61.154.145.639	10.678.159.335	71.832.304.974	12,18%

Fonte: Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012 e 2013 - Elaboração: Dieese - Subseção SEPE

da de investimentos no Estado do Rio de Janeiro, oriundos de diversas fontes que não da arrecadação corrente. Investimentos em infraestrutura para receber os eventos esportivos de 2014 e 2016 e na exploração do petróleo são fatores que vêm influenciando essa mudança. Faz-se necessário atentar para os riscos de se converterem em novas dificuldades para o estado, visto que, em simultâneo às possíveis melhorias trazidas pelos investimentos, o endividamento do estado pode acarretar o comprometimento dos orçamentos futuros com os pagamentos dessas dívidas.

A garantia de acesso universal aos direitos fundamentais como educação, saúde e segurança, dentre outros, passa necessaria-

mente por uma ampla discussão das políticas públicas. Ao mesmo tempo, a execução das políticas a serem implementadas depende de recursos públicos e da ação governamental. Neste sentido, todo o conjunto do movimento sindical dos trabalhadores, e não apenas dos servidores públicos, precisa se apropriar dos instrumentos necessários para intervir no processo de construção do orçamento público e assegurar como prioridade o atendimento das demandas em prol de uma sociedade mais justa para todos os cidadãos.

¹ - No período da publicação da LOA, o exercício de 2012 ainda não havia sido encerrado e, por isso, os

dados para esse ano também constam como estimativas.

² - Receitas correntes são aquelas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Já as receitas de capital são aquelas que alteram o patrimônio duradouro do estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo estado a longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como as transferências de capital.

CURSOS

Associados ao Senge-RJ têm desconto de 20% em cursos

Os engenheiros que são sócios do Senge-RJ têm desconto de 20% nos cursos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos (IBEC). O instituto tem programas institucionais, treinamento e desenvolvimento, orien-

tação profissional, marketing de incentivo e comunicação corporativa.

Além disso, para grupos de 10 alunos/beneficiários ou mais, ingressantes em uma mesma campanha e em uma mesma unidade, o desconto será de 30%.

O IBEC fica na Rua Sete de Setembro, 43, 9º andar, sala 905, no Centro do Rio.

• Mais informações ligue para: 2508-7919 e 2221-6731, ou acesse: www.ibec.org.br

COMEMORAÇÃO

Senge-RJ inaugura nova sede

Inauguração da nova sede do sindicato será realizada no dia 30 de abril

O Senge-RJ vai inaugurar sua nova sede no dia 30 de abril. As novas salas ficam no 8º e no 9º andares da Avenida Rio Branco, 277, mesmo prédio da sede atual. Mais moderna e confortável, a nova sede do sindicato irá proporcionar um melhor atendimento para os associados. É o que acredita o diretor do Senge-RJ, Paulo Granja.

“A nova sede vai trazer mais conforto para todos, tanto os associados quanto os funcionários, e melhorar as condições de atendimento. Por exemplo, ampliamos as salas para cursos. Agora, serão duas salas, com capacidade para até 25 pessoas cada. Atualmente, a sala tem disponibilidade para apenas 6 pessoas. Isso gera fila de espera nas inscrições, como acontece com o curso de AutoCAD”, conta Granja.

“Todos os setores serão beneficiados, especialmente o de negociação coletiva, jurídico e o de serviços”.

LIVROS

No mesmo dia, o Senge-RJ também lançará dois novos livros. O primeiro se chama *Oito décadas de histórias e lutas* e conta a história dos 80 anos do sindicato.

O segundo é o *Perfil do Engenheiro*, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O livro faz uma análise de perfil dos engenheiros do Estado do Rio de Janeiro no período de 2010 e 2011.

CURSOS

SENGE-RJ OFERECE CURSO DE AUTOCAD EM RESENDE

- Aulas começarão no dia 04 de maio, das 9 às 18 horas, e terá carga horária de 50 horas

O Senge-RJ oferece mais um curso de AutoCAD 2013 2D na Delegacia Regional em Resende. As aulas começarão no dia 04 de maio, sábado, das 9 às 18 horas. O curso terá carga horária de 50 horas e será realizado em cinco sábados. As inscrições devem ser feitas através do e-mail leandrosengerj@gmail.com.

SAIBA MAIS SOBRE O CURSO

- **Professor:** Renato Donato Viana (Certificado Autodesk)
- **Horário:** 9 às 18 horas (Sábados)
- **Carga Horária:** 50 horas
- **Local:** Delegacia Regional Senge-RJ em Resende
- **Endereço:** Rua Vila Adelaide, nº 201, Bairro: Jardim Brasília, (Anexo ao CREA-RJ), Resende-RJ

CONVÊNIOS

Senge-RJ firma novo convênio

Engenheiros associados ao sindicato têm até 15% de desconto em transporte

O Senge-RJ firmou mais um convênio que beneficiará os engenheiros associados ao sindicato. Agora, os associados e seus dependentes têm entre 10 e 15% de desconto na empresa de transporte executivo Tapéporã. O desconto também é válido para os funcionários do Senge-RJ.

A empresa oferece 10% de desconto nos serviços de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal e demais traslados de média e longa distância.

O desconto de 15% é para os serviços de guia regional de ecoturismo e turismo de aventura no Parque Nacional da Tijuca, Parque Estadual da

Pedra Branca, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional de Itatiaia e demais reservas do patrimônio natural do Rio de Janeiro.

• Para saber mais sobre este e outros convênios acesse: www.sengerj.org.br

■ PELAS EMPRESAS

LIGHT

Aprovada pauta do ACT 2013/2014

■ Foi aprovada no dia 02/04, em Assembleia Geral, a pauta do Acordo Coletivo 2013/2014 dos trabalhadores da Light. A garantia do Salário Mínimo Profissional, transparência do Plano de Cargos e Salários, que hoje não existe na Light, o reajuste salarial pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e ganho real são algumas das reivindicações que constam no acordo.

EPE

Pauta é encaminhada para a empresa

■ Foi realizada na tarde do dia 26/03, a Assembleia Geral Extraordinária da EPE. A pauta principal da reunião foi o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho com vigência 2013/2014. As reivindicações aprovadas pelos empregados já foram encaminhadas para a diretoria da EPE para conhecimento e agendamento de uma primeira rodada de negociação.

EMATER

Prioridade é ajuizar o dissídio

■ Na terça-feira (26/03), os empregados da Empresa de Assistência Técnica e

Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio) participaram da Assembleia Geral Extraordinária para a discussão da pauta do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2014. Segundo informações da diretoria da Aferj, a prioridade neste momento é ajuizar o dissídio 2012/13, que até o momento não foi ajustado pela empresa. As negociações serão retomadas no máximo até setembro, havendo êxito ou não na ação que está sendo movida contra a Emater-Rio.

INB

Termina a paralisação dos funcionários

■ Funcionários da Indústrias Nucleares do Brasil (INB) voltaram às suas atividades no dia 02/04, após 24h de greve. A paralisação se iniciou pela falta da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). A greve foi aderida por todos os colaboradores da unidade de Resende, permanecendo em suas funções apenas os trabalhadores de serviços essenciais das áreas de produção e administração. A greve terminou diante da proposta da nova diretoria que alegou ser necessário 30 dias, a contar do fim da paralisação, para analisar as reivindicações do ACT. 400 funcionários votaram por suspender a greve.

SETOR ELÉTRICO

Eletricitários preparam negociação do ACT 2013

Realizado entre os dias 19 e 21 de março, o Seminário de Planejamento da Campanha Nacional dos Eletricitários estabeleceu os rumos da campanha salarial do Acordo Coletivo de Trabalho 2013/2014 do setor elétrico. O seminário foi organizado pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). A pré-pauta de negociação tem 66 cláusulas.

Os diretores do Senge-RJ Agamenon Oliveira, Gunter Angelkorte, Virgínia Brandão e Miguel Sampaio, e o representante sindical Galvani Cavalcanti participaram das reuniões.

Gunter explica ainda que, durante o seminário, foram levantadas quatro bandeiras prioritárias a serem abordadas durante a campanha.

“Priorizaremos o fortalecimento das empresas estatais; a manutenção e o avanço das conquistas; os benefícios para os aposentados, como plano de saúde; e plano odontológico e o reajuste na remuneração, com ganho real, PLR e abono”, explica Gunter, que é físico da Eletronuclear.

MODELO DO SETOR

O diretor do Senge-RJ destaca que é importante criar uma proposta alternativa para o setor elétrico. Segundo ele, é preciso defender a redução tarifária pelo

viés da correção do atual modelo do setor elétrico, que tem sido responsável pela elevação da conta de luz. Durante o seminário, Gunter também defendeu que é preciso abrir caminho para criticar o governo Dilma Rousseff, sob a ótica do pensamento da esquerda, mesmo o CNE sendo uma entidade representativa dos trabalhadores do setor elétrico.

Miguel Sampaio, que é engenheiro de Furnas, demonstra preocupação com o futuro do setor. “O que conhecemos de setor elétrico está sendo desmontado”, afirma Miguel.

DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

Outro ponto abordado durante o seminário do CNE é a questão do Plano de Demissão Voluntária (PDV) da Eletrobras.

“O PDV é demissão em massa, não tem outro nome”, critica Gunter. “O que as empresas visam é simplesmente diminuir o efetivo do corpo funcional, para favorecer a terceirização, inclusive da atividade fim das geradoras. Esta terceirização, quando implementada nas distribuidoras nos anos 90, ocasionou o aumento dos acidentes de trabalho. Para os eletricitários, as consequências de acidentes de trabalho normalmente são graves: queimaduras, mutilações e morte.”

PROJETO DE LEI

Governo prevê taxa negocial

O governo federal estuda a criação de uma taxa a ser negociada, substituindo o imposto sindical. A taxa seria um valor negociado por cada sindicato com a categoria. A ideia é uma bandeira antiga da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para o diretor do Senge-RJ, Agamenon Oliveira, a ideia é interessante por aumentar a representatividade dos sindicatos.

“Havia um projeto antigo que criava essa taxa apenas para os sindicatos majoritários. No entanto, é importante que todos os outros sindicatos também

sejam incluídos”, afirma Agamenon.

A presidente Dilma Rousseff estuda um projeto para regulamentar a profissão de comerciário. No meio do projeto, está inserida a criação desta nova taxa. Ela poderá ser cobrada por cada sindicato no valor de 1% do salário por mês, valor adotado em alguns países da Europa.

Neste primeiro passo, o governo vai manter o imposto sindical, cobrado de todos os trabalhadores com carteira assinada no país desde 1943. A nova taxa negocial será criada como uma contribuição adicional.

DATA-BASE

Furnas recorre de decisão do TRT-RJ

Mais uma vez, a empresa tentará reverter o resultado

Através do recurso chamado Agravo de Instrumento, Furnas recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) da decisão do TRT-RJ que negou seguimento ao seu Recurso de Revista na ação conhecida como “ação da data-base”, que está em fase final de liquidação.

Segundo o gerente do departamento jurídico do Senge-RJ, Luiz Fernando Contreiras, através do Agravo, a empresa tentará destrancar o Recurso

de Revista cujo seguimento foi negado pelo TRT-RJ.

O desembargador responsável pela relatoria do processo no TRT, Dr. Mafra Lino, já havia negado outro recurso de Furnas e ainda condenou a empresa a pagar multa de 1% sobre o valor atualizado da condenação do processo, por entender que a empresa estaria atrasando o andamento da ação.

“Os embargos são manifestamente improcedentes e nitidamen-

te protelatórios”, afirma o desembargador na época, em relatório.

Fazem parte da ação 851 engenheiros. O Senge-RJ entrou com a ação em 1981 pedindo o pagamento de diferenças salariais em função de um reajuste que não foi concedido na data-base. Do total de 850 engenheiros que entraram com ação, 101 já morreram. Os 750 que ainda estão vivos têm, em média, 65 anos. Há 54 engenheiros com 75 anos ou mais.



PERGUNTE AO JURÍDICO

Todos os engenheiros têm direito ao auxílio do departamento jurídico do Senge-RJ?

– Sim. Todos os engenheiros. O que muda é o percentual que o engenheiro pagará no final da causa. Os sócios pagam 10% e os não sócios pagam 20%.



• Participe! Envie suas dúvidas para: imprensa@sengerj.org.br

PROCESSO

Sindicato entra com ação contra a Comlurb

Reajuste salarial está entre propostas encaminhadas ao TRT

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) entrou com uma ação judicial contra a Comlurb. O objetivo da ação é garantir a participação do Senge-RJ nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho. O processo foi protocolado no dia 26 de março.

O pedido foi encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O documento inclui reajuste salarial, estabilidade no emprego, transparência dos órgãos gestores da empresa e Participação no Lucro ou Resultado (PLR), entre outros direitos.

“Esta ação é suscitada quando são frustradas as tentativas de negociação entre as partes para chegar a um acordo sobre melhores condições de trabalho. Em razão da inviabilidade das próprias partes chegarem a um consenso, a demanda é levada ao poder Judiciário, para que analise as propostas e decida sobre o impasse” - explicou a Dr. Beatriz Pereira dos Santos, advogada responsável pelo processo.

BONDE DE SANTA TERESA

Representantes da sociedade civil se reúnem com o Ministério Público Federal

Durante o encontro, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio defendeu o bonde tradicional

Em reunião realizada no Ministério Público Federal (MPF), os representantes da Associação de Moradores e Amigos de Santa Teresa (Amast) defenderam a permanência do bonde tradicional, que é tombado pelo patrimônio histórico. O encontro contou com a participação dos diretores do Senge-RJ, Jorge Saraiva e Alcebíades Fonseca. A reunião foi realizada no dia 3 de abril.

Alcebíades Fonseca afirmou que a reunião não alcançou o resultado esperado porque a Central, responsável pelos bondes de Santa Teresa, não demonstrou interesse em chegar a um acordo e não apresentou um projeto.

“A juíza que mediou a reunião perguntou para os representantes da Central se eles estariam dispostos a entrar em um acordo com a Amast. Eles afirmaram que não. Já a Associação diz que existe a possibilidade de acordo, mas defende que o bonde continue tradicional”, afirmou.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 24 de abril. A juíza Ana

Padilha Luciano de Oliveira determinou que a Central entregue um projeto para o MPF até o dia 17 de abril.

O diretor do Senge-RJ também criticou a postura da Central. Segundo ele, os representantes da empresa “deram uma volta” para tentar justificar os motivos para a modernização do bonde sem considerar o patrimônio histórico. Mas, segundo ele, as razões apresentadas não são suficientes.

O presidente da Amast, Paulo Saad, afirmou que o bonde tem mais de 100 anos e não há registro de acidentes.

Alcebíades afirma ainda que as organizações não são contra a modernização. Porém, ele afirma que essa modernização deve ser feita da maneira correta. “Como se faz uma licitação sem que a empresa tenha apresentado projeto? A TTrans (empresa que venceu a licitação) diz que ainda está preparando o projeto, mas isso não pode acontecer. Esse processo licitatório foi viciante”, critica Alcebíades.



GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Dilma Rousseff divulga 11º leilão do petróleo

Diretor do Senge-RJ critica o leilão e afirma que Brasil poderia ser autossuficiente em petróleo

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) divulgou o edital para a 11ª rodada de licitações para exploração de petróleo e gás. Ao todo, serão ofertados 289 blocos em 23 setores de 11 bacias sedimentares. A oferta cobre uma área de 155.800 quilômetros quadrados. A rodada foi agendada para maio.

Dos 289 blocos, 166 estão localizados no mar – 81 em águas profundas, 85 em águas rasas – e 123 em terra. São 117 blocos, além dos 172 inicialmente ofertados na 11ª rodada: 65 na Bacia Foz do Amazonas, 36 na Bacia de Tucano, 10 na Bacia de Pernambuco-Paraíba e seis na parte marítima da Bacia do Espírito Santo, alguns deles em áreas consideradas de exce-



Sindicatos e movimentos sociais marcham contra os leilões do petróleo e pela soberania do Brasil

lente possibilidade para descoberta de novas reservas.

A ANP anuncia também a possibilida-

de de mais duas licitações ainda em 2013, uma em áreas com expectativa de descoberta de gás e outra em áreas do Pré-sal.

O diretor do Senge-RJ, Antonio Gerson, no entanto, critica mais essa rodada de leilões do petróleo. Segundo ele, a quantidade de petróleo e gás natural já descobertas são suficientes para abastecer a demanda brasileira nos próximos 40 anos, e não se justifica o país se tornar exportador de óleo.

“São 15 bilhões de barris de reservas já provadas e mais de 40 bilhões do Pré-sal”, afirma ele.

Gerson critica ainda a não aplicação da Lei 12.351, que permite a contratação direta da Petrobras para exploração de áreas de interesse nacional. Ele lembra que isso certamente garantiria maiores encomendas de equipamentos fabricados no Brasil e mais postos de trabalho no país.

1º DE MAIO

CUT-RJ realiza ato na Central do Brasil

No Dia Nacional de Luta, entidade apresentou as reivindicações da classe trabalhadora

Fonte: Cut-RJ

Na Central do Brasil, a CUT distribuiu um material impresso contendo as reivindicações nacionais da classe trabalhadora, que

também serão as bandeiras de luta do próximo 1º de Maio: redução da jornada para 40 horas sem redução de salário, fim do fator previdenciário, 10% do PIB para a educação, negociação coletiva no setor público, reforma agrária e política agrícola, 10% do orçamento da União para a saúde, combate à demissão imotivada, valorização das aposentadorias, salário igual para trabalho igual, mais investimento público, correção da tabela do imposto

de renda e não ao PL de terceirização do deputado Sandro Mabel.

Os cutistas denunciaram, diante dos usuários da Supervia, as péssimas condições dos trens urbanos e do transporte público em geral no Rio de Janeiro. Inúmeros trabalhadores e trabalhadoras se solidarizaram com o protesto da CUT, alguns inclusive dando relatos pessoais sobre o calvário que significa depender da Supervia diariamente.

O presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, que foi o mestre de cerimônia da manifestação, estava acompanhado de vários dirigentes da central, como Virgínia Berriel, Barbosa, Jadir Batista e Marcelo Rodrigues. Também compareceram os presidentes do Sindicato dos Bancários do Rio, Almir Aguiar, dos radialistas, Miguelzinho, e dos enfermeiros, Mônica Armada. Outros sindicatos também mandaram representantes ao ato da CUT-RJ.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

imprensa@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912313246/2012/DR/RJ
SENGE/RJ

---CORREIOS---

